

## Capítulo 2

### Cada Brasil no seu Museu...

Ao longo das últimas duas décadas vem crescendo na historiografia brasileira o número de trabalhos dedicados à intelectualidade nacional. Ainda pouco estudado no âmbito acadêmico, Gustavo Barroso foi objeto de pesquisa, ao longo dos últimos dez anos, de três trabalhos significativos que buscaram contemplar, por vias distintas, aspectos de seu pensamento. Inserem-se nesta perspectiva três dissertações de mestrado, duas posteriormente publicadas em livro. O trabalho da antropóloga Regina Abreu publicado sob o título *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, buscou analisar o ritual de ingresso constituído pela doação da Coleção Miguel Calmon ao acervo do Museu Histórico Nacional, deflagrando as relações estabelecidas entre o fundador e diretor do Museu, Gustavo Barroso, e o surgimento de um modelo de museu histórico diretamente relacionado ao ideário de seu fundador. Já em outra perspectiva, o trabalho do historiador Marcos Chor Maio publicado sob o título *Nem Rothschild Nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*, buscou analisar, como indica o título, o surgimento e o desenvolvimento do anti-semitismo na obra de Barroso, aspecto diretamente relacionado à adesão de Barroso à Ação Integralista Brasileira em 1933. Por fim cumpre destacar o trabalho de outro historiador, Luiz Fernando de Valle Castro em dissertação de mestrado intitulada *As Colunas do Templo: História e folclore no pensamento de Gustavo Barroso*, na qual o autor analisou a visão de Barroso sobre o Folclore e a Cultura Popular entre 1911 e 1932 com o objetivo de compreender como Barroso pensou a Nação brasileira nos primeiros anos do século XX.

Este trabalho aproxima-se dos trabalhos citados por sua perspectiva temática, pois toma Gustavo Barroso como objeto de análise, entretanto diferencia-se dos demais devido ao recorte que realiza, ao privilegiar o estudo do pensamento museológico de Barroso, levando em consideração os diversos projetos nos quais e a partir dos quais este pensamento se constituiu. Privilegiando a Museologia como uma trincheira intelectual expressiva na trajetória de Gustavo Barroso, este trabalho busca investigar os conceitos de tradição, museu e

patrimônio no pensamento barrosiano a partir de uma ótica que considere a articulação e relação desses conceitos dentro da lógica própria do pensamento museológico forjado por Barroso, uma lógica que perspassa diversos projetos, inclusive, mas não só, o Museu Histórico Nacional.

É de fundamental importância perceber o pensamento museológico de Gustavo Barroso como uma formulação inaugural no contexto museológico brasileiro, avaliando sua relevância na construção da memória nacional e sua conseqüente preservação. Ao mesmo tempo é preciso considerar também a continuidade deste pensamento e desta prática museológicas como modelo a ser seguido nos museus, de modo específico, e nas políticas de preservação do patrimônio, de modo mais amplo.

Percorrendo e alinhavando diversos aspectos de sua produção intelectual, o pensamento museológico de Gustavo Barroso funcionou como estratégia recorrente e a musealização representou em vários momentos uma alternativa para a manutenção da tradição considerada por Barroso “a alma da Pátria”. Funcionou também como catalizador, podendo ser percebido através da forma como entendia o Folclore, a História, a Nação brasileira, o Exército nacional. Caleidoscópico, o pensamento museológico barrosiano materializou-se em diversos projetos, alguns postos efetivamente em prática como é o caso do Museu Histórico Nacional (1922), O Curso de Museus (1932), a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934). Outros ficaram apenas no papel como é o caso do Museu Ergológico Brasileiro (1942) e o Museu Militar (1911) que apesar de não terem se concretizado constituem-se em projetos importantes a serem analisados.

O pensamento museológico de Gustavo Barroso possui em sua gênese aquilo que o próprio Barroso chamou de “Culto da Saudade”. Entendido neste trabalho como mais do que um saudosismo, o “Culto da Saudade” é avaliado de forma relacionada à prática antiquária e é entendido como uma sensibilidade antiquária, na qual estabelece-se uma relação com o passado baseada na valorização emotiva, a partir da qual o passado pode ser revivido, sentido, evocado. Duas operações principais legitimam essa relação específica com o passado. A primeira é a necessidade de autenticidade imposta a qualquer fragmento invocador deste passado. A segunda é a necessidade de estabelecimento de vínculo entre o objeto a partir do qual se evoca o passado e a pessoa a quem pertenceu. Esta operação além de contribuir para a atribuição da

autenticidade do objeto, atribui ao mesmo o valor de relíquia<sup>1</sup> pois permite a vinculação e a evocação da pessoa a quem está referido. Um outro aspecto relacionado à prática antiquária é a ausência de uma necessidade de perceber o passado de forma totalizante. Os dados fragmentários obtidos dos vestígios do passado que se deseja evocar funcionam em si mesmos como uma forma de acesso ao passado, neste sentido é que os antiquários serão responsáveis pela produção de uma série de conhecimentos tais como a numismática, a heráldica, a paleografia, utilizadas posteriormente como ciências auxiliares pelos historiadores, estes sim preocupados com o passado de uma forma totalizante.

O desenvolvimento do pensamento museológico barrosiano, fundado na sensibilidade antiquária, tornou-se possível através de uma prática aplicada ao Museu Histórico Nacional. Pensado inicialmente como um museu militar, a proposição e a organização de um museu que retratasse a história nacional exigiu que Barroso sistematizasse um critério para o estabelecimento das coleções bem como para sua classificação, organização e exposição, por isso, ao mesmo tempo em que contribuiu para o estabelecimento de um conhecimento museológico serviu como uma vitrine para explicitar como Barroso concebia a nação uma vez que a história nacional seria contada, revivida e experimentada naquele museu. Este último aspecto foi justamente o que o trabalho de Regina Abreu trouxe à tona; ao demonstrar a relação entre os conceitos de nação e civilização contidos no Museu Histórico, a autora pode verificar que parcela da população brasileira estava representada no Museu e não espanta que as elites cultas, representadas especialmente no período monárquico, e os personagens da história militar, valorizados como fundamentais para a construção e manutenção da unidade nacional fossem os agentes históricos privilegiados.

Entretanto, do ponto de vista do desenvolvimento do pensamento museológico barrosiano, a experiência obtida com o Museu Histórico Nacional revela um salto importante, pois as relíquias, os fragmentos do passado, precisavam funcionar também como documentos históricos. A operação que vai transformar relíquias do passado em documentos históricos é justamente a que vai legitimar que o passado contado naquele museu fosse entendido como história. Essa operação é realizada através dos objetos, das coleções e o estabelecimento de

---

<sup>1</sup> LOWENTHAL, D. “Como conhecemos o passado”. In: *Projeto História*, São Paulo, (17), nov, 1998, p. 149.

um critério para que fossem legitimadas como documentos autênticos é a base do pensamento museológico barrosiano.

Certamente esta operação de legitimação, que transforma relíquias e fragmentos do passado em documentos históricos, assume diferentes nuances espelhando outros aspectos do pensamento de Gustavo Barroso. É o caso da Proposta para o Museu Ergológico Brasileiro. Se no Museu Histórico Nacional o pensamento museológico de Barroso transforma, como foi dito, relíquias em documentos históricos, no Museu Ergológico, teríamos o folclore através dos objetos, e esses objetos não são compreendidos por Barroso como documentos históricos, eles são expressões da cultura material, explicitação do saber do povo e da singularidade da cultura popular brasileira. Diferentemente do Museu Histórico Nacional, os objetos não são contextualizados levando-se em conta sua procedência, seu dono, não são interpretados inscritos na temporalidade, não são associados a eventos históricos, antes, contudo eles parecem soltos num tempo irrecuperável e não datado, pertencem a todos e a ninguém, não contam uma história, mas revelam aspectos pitorescos, funcionam, nas palavras de Barroso, como “um cartão de visita para o estrangeiro”. Temos portanto a recorrência da musealização como estratégia para a manutenção da tradição nos dois casos citados, tanto no Museu Histórico Nacional quanto no Museu Ergológico Brasileiro. No Museu Histórico Nacional a tradição é a história e a história como veremos é monumental, parte de um passado glorioso, feita de e por grandes homens, império onde reina a ordem e a civilidade. Na proposta do Museu Ergológico Brasileiro a tradição é a cultura material, expressão do saber popular, conhecimento materializado, pitoresco, não datado, singular apesar da diversidade. Entretanto, mais do assinalar a complementaridade contida nestes projetos, pois como afirma Regina Abreu a nação para Gustavo Barroso é constituída pelo povo e pela elite, cabe ressaltar a hierarquia contida nestes projetos, pois se de um lado temos história e documentos, do outro temos cultura material. Que Barroso propusesse um Museu Ergológico Brasileiro e não um Museu Folclórico Brasileiro será objeto de análise que leve em consideração esta hierarquia.

Não parece caber dúvida que a Museologia tenha sido considerada por Barroso conhecimento sistematizado e científico, e a análise do Curso de Museus demonstrará como este conhecimento foi transmitido aos alunos, futuros

conservadores e procurará identificar qual a implicação deste processo para a construção de uma memória nacional.

As pesquisas para a realização deste trabalho implicaram uma alteração em relação ao projeto apresentado por ocasião de sua qualificação. Pensamos num primeiro momento em investigar os conceitos de tradição e patrimônio no pensamento barrosiano. Entretanto, a análise dos documentos demonstrou que a prática preservacionista de Gustavo Barroso estava informada pelo “Culto da Saudade” e pela defesa da tradição. Esta constatação fez-nos perceber que a política de preservação do patrimônio relacionada aos bens imóveis, como é o caso da atuação da Inspetoria de Monumentos Nacionais na cidade de Ouro Preto, seguia os mesmos princípios daquela com a qual opera para os bens móveis, como é o caso das coleções alocadas no Museu Histórico Nacional. Pareceu-nos mais importante analisar o conceito de patrimônio no pensamento barrosiano em sua relação com sua concepção de museu, uma vez que sua operacionalização se aproxima do que o autor propõe para os museus e a musealização. Entretanto, não deixaremos de analisar a atuação da Inspetoria de Monumentos Nacionais relacionando-a ao serviço que a sucedeu, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, demonstrando que a cidade de Ouro Preto figurou como protagonista para concepções diversas de tradição, considerada emblemática, esta cidade colonial assume os contornos de mito de origem do autenticamente brasileiro tanto para Mário de Andrade e o SPHAN quanto para Barroso e a Inspetoria.

Cumpramos destacar ainda um esclarecimento em relação a alguns termos utilizados neste trabalho referentes a museologia. Chamamos *moderna museologia* o conhecimento forjado por Barroso a partir da prática desenvolvida no Museu Histórico Nacional posteriormente institucionalizado com o advento do Curso de Museus. Com isso diferenciamos o conhecimento museológico da prática colecionista que o antecedeu, prática relacionada ao surgimento dos museus modernos, antigos gabinetes de curiosidades. Ao mesmo tempo cumpre destacar que ao falarmos de *moderna museologia* não estamos nos referindo à Nova Museologia, movimento surgido por volta de 1970 e que reivindicou para a museologia um caráter social, moldando uma nova prática museológica menos centrada nos objetos e nas coleções e mais voltada para a relação entre o homem, o bem cultural e o cenário denominado museu, seja ele institucionalizado ou não.

## 2.1.

### O “Culto da Saudade” como sensibilidade antiquária

Mesmo antes de o Museu Histórico Nacional tornar-se realidade, Gustavo Barroso já chamava a atenção para a necessidade de preservação da memória nacional. Para ele era preciso que o “*Culto da Saudade*” fosse incentivado entre os brasileiros. O “*Culto da Saudade*” veio a público num tom de alerta e algum pessimismo em artigo para o *Jornal do Comércio* em 22 de dezembro de 1912.<sup>2</sup>

Seu autor, João do Norte, salientava a necessidade de salvação de objetos históricos, relíquias e costumes e aproveitava o ensejo das festas natalinas para denunciar, logo na primeira frase, que “*O descaso pelas nossas tradições vai se tornando crime imperdoável*”. Admite-se a hipótese de que Gustavo Barroso tenha vindo para o Rio de Janeiro para evitar os problemas surgidos devido aos artigos que escrevia para o *Jornal do Ceará* nos quais utilizava o pseudônimo João do Norte, uma vez que neles assumia uma postura fortemente oposicionista em relação ao governo provincial.<sup>3</sup>

Recém chegado na cidade do Rio de Janeiro, com 24 anos de idade, o autor de “*Terra do sol*” – livro de cunho regionalista publicado no mesmo ano e que descrevia a natureza e os costumes do Norte do país – se fazia porta-voz da amnésia que identificava e via como ameaça, principalmente na capital do país, e contra a qual, em sua perspectiva, era necessário lutar.

Gustavo Barroso dava início a um combate que representou um projeto de vida, algo que este intelectual não poderia abrir mão sem que isto significasse uma alteração drástica de sua identidade. Assim, a valorização da tradição e a ação que via como a melhor forma de defendê-la tornaram-se um projeto para o qual a musealização e a preservação da cultura material significaram estratégia recorrente. Neste combate, o Museu Histórico Nacional representou uma vitória, mas a batalha incluiria ainda outras ações de cunho preservacionista bem como o esforço para sistematizar um campo de conhecimento com base na articulação

<sup>2</sup> BARROSO, G. “O Culto da Saudade”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol 29, 1997, pp: 42-45. O presente artigo foi reeditado nos Anais.

<sup>3</sup> Idem, p. 42. (nota do editor)

entre a crítica, o antiquariado e o eruditismo revelado por uma prática que privilegiava uma atitude sensorial em relação ao passado, concretizado no pensamento museológico barrosiano através da prática exercida no Museu Histórico Nacional no qual relíquias e fragmentos do passado eram transformados em documentos autênticos, capazes de recontar a história do país, que seria revivida e evocada nas salas de exposição do museu. Entendemos o “Culto da Saudade” como a gênese para a elaboração deste conhecimento e desta prática.

Associado à valorização da tradição, o “Culto da Saudade” é expresso num tom pessimista, no contexto da República que havia sido instaurada no país. Tornava-se urgente para Barroso lembrar aos brasileiros que a nação precisava valorizar suas tradições. Assim, João do Norte/Gustavo aproveitando a proximidade das festas natalinas reclama dos sapatinhos nas janelas das casas, explica que afinal não temos lareira e que importar tradições e adaptá-las para o clima tropical não é suficiente. Indignado com a perda de sentido das festas natalinas, o jovem intelectual parte ironicamente para o profano: o carnaval é por ele apresentado como a única “coisa que se mantém perpétua e imutável” mas com a ressalva de que por aqui, “até os cordões desaparecem”<sup>4</sup>...

Três situações são ressaltadas pelo autor para demonstrar o crime perpetrado pelo esquecimento. O primeiro é o descaso com o antigo pórtico da Quinta da Boa Vista, “presente da Casa da Áustria ou da Casa da Inglaterra. Tem uma severa beleza de linhas arquiteturais, uma arquitrave esplêndida e flintos admiráveis”<sup>5</sup>. A origem da doação aqui importa menos em sua perspectiva, pois além de antigo, possui “beleza”, é “esplêndido” e “admirável”<sup>6</sup>. Barroso aponta a necessidade de salvar um “objeto antigo”, um antigo pórtico, fragmento do passado e obra do gênio humano.

Num giro bastante significativo, Barroso passa da necessidade de salvação de um “objeto antigo” para a manutenção “dos costumes tradicionais das regiões, das cidades, dos bairros”<sup>7</sup>. O deslocamento da tradição presente em um vestígio do passado, em um objeto antigo para os costumes tradicionais oferece a possibilidade de verificarmos onde se localiza a tradição para Barroso ao mesmo tempo em que elucida a percepção do autor sobre a modernidade e o progresso.

<sup>4</sup> BARROSO, G; “O Culto da Saudade”, op, cit; p. 43.

<sup>5</sup> Idem, p. 43.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>7</sup> BARROSO, G; loc cit.

A comparação feita por Barroso entre a vida na capital federal, uma cidade “em que a vida das grandes artérias condensadoras do movimento, das avenidas, matasse a fisionomia costumeiras das festas anuais”<sup>8</sup> e algumas cidades européias tal como é o caso de Paris que “nunca perdeu os velhos hábitos”<sup>9</sup> demonstra que a oposição progresso/tradição no pensamento barrosiano envolve certa complexidade pois a valorização da tradição não significava um repúdio ao progresso ou à modernidade. Ao que parece, tratava-se de conciliar tradição e modernidade tal como Paris, a cidade citada como exemplo. Neste sentido, a tradição seria o que permitiria a manutenção da identidade nacional e a modernização, necessária, não significaria a dissolução ou o rompimento total com o passado e sim sua valorização de modo que progresso e tradição andassem de mãos dadas.

Merece atenção o fato que Barroso visse no efêmero, nas festas, no corriqueiro, manifestações possíveis de preservação apontando para a percepção de que em meio às transformações a tradição seria algo vivo e não estático e que sua manutenção passava, em primeiro lugar, pelo seu reconhecimento.

Por fim, o terceiro caso de descaso pelas tradições aplicava-se à cidade de Ouro Preto, um “ninho de tradições e glórias, derroca-se, esboroa-se (...). À festa que ali se realizou, relembrando a conjura mineira, quase ninguém compareceu”<sup>10</sup>. O descaso prossegue, “Olinda enche-se de capim. Na remodelação da Bahia, nada se poupou. No Rio, todas as tradições se apagaram”<sup>11</sup>. Enfim, Barroso conclui: “O passado não merece consideração”<sup>12</sup>, “o Culto da saudade ainda não é para nós”<sup>13</sup>.

Para Gustavo Barroso a tradição seria como uma luz que iluminaria não só os caminhos percorridos, o passado, mas também os caminhos a serem trilhados e, portanto o futuro. A tradição forneceria sentido às experiências vividas, logo o caráter emergencial do artigo pode ser lido como um alarme: tratava-se de reavivar a tocha que manteria acesa esta luz. Esta tocha poderia ser um objeto antigo, um vestígio do passado, os costumes tradicionais das regiões, a história nacional e os lugares que evocariam acontecimentos históricos, como é o caso da

<sup>8</sup> BARROSO, G; “O Culto da Saudade”, op, cit; p. 44.

<sup>9</sup> Idem, p. 44.

<sup>10</sup> Ibid; p. 45.

<sup>11</sup> BARROSO, G; “O Culto da Saudade”, op, cit; p. 45.

<sup>12</sup> Idem p. 45.

<sup>13</sup> Ibid; p. 45.



cidade de Ouro Preto, enfim tudo o que trouxesse o passado para o presente, toda experiência que evocasse o passado e lhe conferisse continuidade e sentido.

O que este artigo sugere, é que o Culto da Saudade de Barroso pode ser visto como uma “atitude antiquária”, se a considerarmos, segundo a proposta de Stephen Bann, no contexto fornecido por Nietzsche:

“A atitude antiquária não é uma aproximação imperfeita de algo mais – que seria a maturidade da historiografia científica, profissionalizada. É um relacionamento específico, vivo, com o passado e merece ser tratado nestes termos.”<sup>14</sup>

Não se trata portanto da formulação de tipos diversos de historiografia, e sim de “diferentes modos de integrar a experiência do passado na textura da vida contemporânea”.<sup>15</sup> Neste sentido, se Barroso entendia a tradição como uma luz que manteria vivo o passado, seja através de vestígios, relíquias, fragmentos do passado, seja através dos costumes ou da própria história que poderia fazer reviver o passado, evocando-o, o “Culto da Saudade” parece uma tentativa de integrar a experiência do passado na textura da vida contemporânea, revelador, portanto de uma atitude para com o passado e não apenas de um saudosismo.

Inspirado numa tipologia elaborada por Nietzsche a respeito do “uso e abuso”<sup>16</sup> da história, Stephen Bann acredita ser possível continuar operando com a distinção elaborada pelo filósofo ao identificar três atitudes para com o passado: a monumental, a antiquária e a crítica.

“a tentação de personalizar e historicizar a atitude antiquária – comprometendo-a com um determinado tipo de vida vivido numa época muito distante – tem de ser neutralizada. Nietzsche escreveu sobre as complexas atitudes históricas de seu próprio tempo, e não há razão para supor que nosso século tenha achado mais fácil adaptar as alegações concorrentes das posições monumental, antiquária e crítica”.<sup>17</sup>

Para o filósofo o homem se relaciona com o passado por três motivos: em relação à sua ação e luta, em relação a seu conservadorismo e respeito e em relação a seu sofrimento e a seu desejo de redenção; a elas correspondem sucessivamente a atitude monumental, antiquária e crítica. Ao considerarmos o “Culto da Saudade” enunciado por Gustavo Barroso como uma atitude para com o passado, veremos que a posição antiquária pode fornecer subsídios para a compreensão da noção de tradição em seu pensamento, na medida em que é

<sup>14</sup> BANN, S; *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp, 1994, p.132 (grifo nosso)

<sup>15</sup> Idem; p.131.

<sup>16</sup> Ibidem; p. 131.

<sup>17</sup> BANN, S; loc. cit. p.131.

reveladora de um respeito, por isso é um “Culto” e é reveladora também do conservadorismo, pois como categoria estruturante de seu pensamento, a tradição apóia-se no passado, mas em um passado que poderia ser evocado, revivido e também experimentado.

Gostaríamos de ressaltar, com base no texto do professor Ricardo Benzaquem de Araújo, o papel dos antiquários. Para o autor, os antiquários são “basicamente eruditos, são interessados em História que vamos encontrar desde o século XV, digamos, em particular na Europa (...) e que foram fundamentais no sentido do estabelecimento do método e da concepção moderna de História”.<sup>18</sup>

Cabe sublinhar o “não lugar” ocupado por estes eruditos, pois localizá-los não parece simples:

“Talvez a forma mais correta, mais específica de definí-los, fosse chamando a atenção para o fato de que vão se distanciar não simplesmente desses historiadores mais factuais do século XIX, mas se diferenciam das outras figuras que nos séculos XV, XVI e XVII, por exemplo, ocupavam-se da História.”<sup>19</sup>

Percebe-se então que os antiquários se relacionam com o passado de outra maneira. Para Ricardo Benzaquem de Araújo, “eles vão se preocupar em possuir fragmentos, em ter acesso a algum detalhe deste passado, que pudesse até ser o objeto mais insignificante possível: um vaso, uma estátua, mesmo quebrada, não importa, desde que fosse um objeto autêntico”.<sup>20</sup>

Este acesso ao passado através dos fragmentos distanciava-se, portanto do passado tal como era entendido pela História clássica, um passado que seria um enorme repositório de histórias variadas que recolhia a memória dos feitos notáveis e que funcionavam como um modelo, como exemplo num sentido pedagógico e também orientando a conduta daqueles que olhavam para o passado em busca de orientação, de sabedoria.

Ao mesmo tempo, a necessidade de que estes fragmentos do passado fossem autênticos acabou sendo consolidada mais adiante pela Escola Histórica Alemã e definida como o método crítico.

Portanto, os antiquários desenvolveram uma relação com o passado preocupados com os detalhes, com os fragmentos, desde que fossem autênticos.

<sup>18</sup> ARAÚJO, R. B; “História e narrativa”: In: *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador* / Ilmar Rohloff de Mattos (organizador). Rio de Janeiro: ACESS, 1998, p. 235.

<sup>19</sup> Idem; p.236.

<sup>20</sup> Ibidem; p.237.

Criaram uma outra forma de narrar o passado, a partir dos detalhes, e menos preocupados em “associar dados fragmentários em totalidades significativas”<sup>21</sup>. Com isso, acabaram sendo os responsáveis pela produção de uma “série de saberes, como, por exemplo, a numismática; a paleografia; vão produzir mapas, catálogos. Vão, de fato, começar a organizar o passado a partir de critérios que serão, mais tarde, compatíveis com a concepção moderna de História e com o seu método”.<sup>22</sup>

Ao considerar a atuação preservacionista de Barroso como um conjunto de práticas que devem ser vistas como complementares, que representa a tentativa de estabelecer uma relação com o passado através dos objetos, dos vestígios, que fundamenta um saber específico e que deu início à Museologia no Brasil enquanto campo de conhecimento e atuação, teríamos no “Culto da Saudade” a gênese daquilo que sustenta o que Barroso pretende construir.

O “Culto da Saudade” como uma determinada atitude para com o passado representa mais que um saudosismo e é entendido neste trabalho como a gênese do pensamento museológico de Gustavo Barroso. Articulando a prática antiquária à crítica e ao eruditismo em relação ao Museu Histórico Nacional veremos que a atitude antiquária de Barroso fundiu-se uma outra: a de historiador, sendo possível, portanto pensá-lo inserido numa historiografia romântica onde o passado seria ressuscitado, podendo ser visualmente experimentado através das exposições.

## 2.2.

### **Museu Histórico Nacional: o “Culto da Saudade” em prática**

Parte de uma Campanha Nacionalista que Gustavo Barroso afirma ter iniciado em 1911 na imprensa carioca, o Museu Histórico Nacional foi inicialmente idealizado como um museu militar. Tendo sido estudado por Regina Abreu de forma minuciosa, não iremos neste trabalho, analisar especificamente a forma como este Museu refletiu o ideário de nação próprio de seu fundador, algo que Regina Abreu já realizou com grandes méritos. Antes, contudo partiremos do que foi demonstrado por essa autora para pensarmos como a prática exercida por

<sup>21</sup> ARAÚJO, R. B; “História e narrativa”, op, cit; p.239.

<sup>22</sup> Idem; p. 239.

Gustavo Barroso para reunir, classificar, preservar e expor os objetos que compunham as coleções do Museu se relaciona à prática antiquária, contribuindo para forjar o pensamento museológico barrosiano.

Consciente da operação que realizava, Gustavo Barroso na época foi duramente atacado por reunir objetos dotados de valor de época e transformá-los em documentos históricos. Conforme ressaltou Aline Montenegro Magalhães, a charge de Kalixto publicada na revista *D. Quixote* em 1922, momento de fundação do Museu, satirizava a operação posta em prática para reunir os objetos que fariam parte do Museu. Na charge, Barroso aparece montado num cavalo branco, vestido com o uniforme dos Dragões da Independência – guarda cerimonial da nação que Barroso havia proposto em 1916 com o uniforme de guarda de D. Pedro I – recolhendo antiquesidades numa carroça com o objetivo de compor o acervo do Museu, e formulando a seguinte afirmação: “o que se pode arranjar por aí não é rigorosamente histórico, mas não há dúvida, eu escrevo lendas a propósito e elas ficam sendo”.<sup>23</sup>

Para Aline Montenegro Magalhães a crítica se dirigia basicamente à operação historiográfica realizada por Barroso, uma operação que reinventava a tradição antiquária para reconstituir o passado a partir de fragmentos dotados de valor de época. Esta operação historiográfica, segundo a autora, apesar de buscar objetividade científica estava perdendo espaço nos lugares de produção historiográfica, pois outras construções do passado estavam sendo valorizadas nesse momento e desta forma o passado idealizado por Barroso não encontrava respaldo social para ser considerado verdadeiro.<sup>24</sup>

Na perspectiva deste trabalho, a operação historiográfica, a operação realizada por Barroso, por constituir-se como a base de seu pensamento museológico e este vir informado pela prática antiquária, não competia necessariamente com outras construções do passado, pois não se tratava de adesão a distintas escolas historiográficas e sim de uma forma de acesso ao passado que, diferenciada da abordagem historiográfica, legitimava-se por sua natureza evocativa e seu poder de presentificação do passado.

<sup>23</sup> “Está criado o Museu Histórico”. Klíxto, Revista Ilustrada, 122. Apud. VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. Citado por, MAGALHAES, A. M. “O que se deve saber para escrever história nos museus?”. In: Anais do Museu Histórico Nacional, vol 34. Rio de Janeiro, 2002, p.108.

<sup>24</sup> MAGALHAES, A. M. “O que se deve saber para escrever história nos museus?”, op. cit; p. 108.

Entretanto, tomando a afirmação da autora no sentido de que outras construções do passado estavam sendo valorizadas convém contextualizar o momento da fundação do Museu Histórico Nacional, algo que poderá ser útil para compreender que este “lugar de memória”<sup>25</sup> não perdia espaço porque não competia com outras construções mas lançava os alicerces para uma nova construção, monumental, idealizada, pedagógica e evocativa.

Para Regina Abreu, a fundação do Museu Histórico Nacional é paradoxal porque como instituição que refletia os ideais de nação de seu idealizador e fundador divergia da construção histórica que a República, em seus primeiros anos, procurou consolidar. Para a autora, o Museu Histórico Nacional “tendia a restaurar, conservar e legitimar o papel do Império e da nobreza brasileira no processo de formação da nacionalidade”.<sup>26</sup> Entretanto sua fundação ocorre em um momento em que, segundo a autora, tratava-se de inventar uma tradição<sup>27</sup> republicana, “ênfatizando a descontinuidade da República com relação ao Império”.<sup>28</sup>

Não obstante, o Museu foi bastante festejado e sua criação contou com o apoio do então Presidente da República, Epitácio Pessoa, que esteve presente à inauguração da casa de memória em 2 de agosto de 1922.<sup>29</sup>

Portanto, se o momento exigia a invenção de uma tradição republicana, na qual personagens como Tiradentes foram glorificados, admitia-se também um “lugar de memória” que reavivasse a história da nação, uma história que incluísse o passado como constitutivo da nacionalidade. Na perspectiva de Regina Abreu, “a criação de uma casa-memória para a moderna nação brasileira ao final da Exposição Comemorativa do Centenário sinalizava para uma tentativa do governo federal de se redimir perante a opinião pública”<sup>30</sup> que segundo a autora, encontrava-se mobilizada devido à derrubada do Morro do Castelo alguns anos antes, em 1907.

Assim, o paradoxo presente na fundação do Museu Histórico Nacional se associado ao “Culto da Saudade” tal como analisado neste trabalho, mostra-se do

<sup>25</sup>NORA, P. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. In: *Projeto História. História e Cultura*. São Paulo: PUC/SP – Programa de Pós- Graduação em História, nº 17, 1993, p. 7-28.

<sup>26</sup> ABREU, R. *A Fabricação do Imortal...*, op, cit; p. 184.

<sup>27</sup>HOBSBAWN, E.; RANGER, T. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>28</sup> ABREU, R; loc. cit.

<sup>29</sup> Instituído pelo Decreto Presidencial nº 15.596.

<sup>30</sup> ABREU, R. *A Fabricação do Imortal...*, op, cit; p. 162.

ponto de vista do ideário de seu fundador não como um paradoxo e sim como constitutivo, integrante, pois como dissemos, a luz da tradição que Barroso fazia questão de manter acessa, viva, iluminaria os caminhos de uma nação moderna. Não se tratava, de forma reducionista, de valorizar a tradição somente como uma referência ao passado, tratava-se tal como o exemplo sugerido por Barroso em relação à cidade de Paris, de conciliar, o progresso e a modernidade juntamente com a tradição, valorizando o passado que em sua visão, “ (...) é a essência das coisas humanas. É o saber acumulado, é a experiência ganha, é o caminho feito, é o que há de verdadeiramente conquistado”.<sup>31</sup>

A forma como esse passado será acessado é o que permite considerar a especificidade do pensamento museológico barrosiano, pois não se trata somente de reconhecer sua importância, mas de torná-lo vivo, evocá-lo a partir dos objetos, algo que Gustavo Barroso irá tornar possível aplicando um método que considera científico e que inclui, entre outras operações, a verificação de sua autenticidade, sua classificação, sua preservação e conservação e a melhor forma de expô-lo.

Uma das principais características do pensamento museológico barrosiano plasmado no Museu Histórico diz respeito ao aspecto educativo que as exposições poderiam oferecer ao visitante. Para Regina Abreu, o Museu Histórico buscava, através dos objetos, ensinar sobre o presente, na perspectiva de uma *História magistrae vitae*. Mas por outro lado havia também a busca, ainda por meio dos objetos, “da compreensão global da realidade mediante o estabelecimento de períodos, *Brasil-Colônia, Reino, Império, República*, e da relação de causalidade em história”.<sup>32</sup>

Os dois modelos de história considerados pela autora, orientados por uma narrativa museológica na qual os objetos são tomados como documentos, estão presentes nas exposições do Museu Histórico Nacional em momentos diferentes e representam uma mudança na forma como esses documentos/objetos eram avaliados. De certa forma, uma perspectiva não exclui a outra, pois mesmo quando verificamos a mudança de orientação museográfica no Museu, sendo os objetos contextualizados a partir dos períodos aos quais estavam associados, as exposições e a história contada naquele museu sempre foram concebidas para

<sup>31</sup> BARROSO, G. “A Cidade Sagrada”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. V, 1944, p. 12.

<sup>32</sup> ABREU, R. *A Fabricação do Imortal...*, op. cit; 182.

ensinar sobre o presente. O pensamento museológico barrosiano inclui, independentemente da forma como os objetos estão orientados na narrativa de um ponto de vista museográfico, o papel educativo que caberia ao Museu desempenhar ao possibilitar reviver o passado. Esse passado, invocado como exemplo para o presente na perspectiva barrosiana, cumpriria uma das funções do Museu e mais do que informar sobre os modelos de história que estariam presentes no Museu pode ser tomado como um dos aspectos de seu pensamento museológico.

Nos primeiros anos de funcionamento do Museu Histórico Nacional, a museografia, ou seja, a organização dos objetos em relação ao tema e ao espaço, obedecia a um critério temático que se relacionava diretamente ao tipo de objeto em questão; assim os nomes das salas referiam-se diretamente às coleções que abrigavam: Sala dos Candelabros, Sala dos Troféus, Sala dos Tronos, Escadaria dos Escudos, Arcada dos Canhões, etc.<sup>33</sup> Esta lógica organizacional e classificatória revela bem a influência da tradição antiquária de Gustavo Barroso na organização das exposições, algo que o brasileiro norte-americano Daryle Williams chamou de “almoxarifado de miscelânea histórica”.<sup>34</sup>

Se voltarmos a sublinhar que o pensamento museológico barrosiano tem como gênese o “Culto da Saudade” entendido como uma sensibilidade antiquária, não causa estranhamento que as primeiras exposições do Museu Histórico Nacional seguissem critérios caros à prática antiquária. Entretanto, a necessidade de legitimação para que se considerasse que o passado contado fosse entendido como história impeliu Gustavo Barroso a sistematizar critérios científicos relativos aos objetos que recolhia e também para os que recebia como doação para serem incorporados ao Museu. Esta sistematização configurou-se como formulação de um conhecimento específico.

Regina Abreu realizou o estudo de caso da Coleção Miguel Calmon, incorporada ao acervo do Museu Histórico Nacional em 1936 através da doação de Alice de Porciúncula, viúva do estadista, que estabelece uma série de cláusulas para que a doação fosse efetivada. A primeira cláusula estabelecia que os objetos

---

<sup>33</sup> BRASIL, Museu Histórico Nacional. Catálogo da Primeira Sessão: Arqueologia e História. Rio de Janeiro, 1924. Citado por MAGALHÃES, A. M. *O que se deve saber para escrever história nos museus?*, op. cit.

<sup>34</sup> WILLIAMS, D. “Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol 29, 1997, p. 143.

doados formavam uma coleção que não podia ser desmembrada; a segunda estabelecia que a disposição, classificação e conservação ficariam a cargo da viúva de Miguel Calmon; a terceira que a sala que abrigaria a coleção se chamaria sempre Sala Miguel Calmon; a quarta prevê o compromisso do Museu com a limpeza e segurança dos objetos e a quinta determina que a coleção deverá permanecer para sempre no Museu Histórico Nacional, devendo retornar à sua propriedade no caso da extinção do estabelecimento.<sup>35</sup> Como demonstra Regina Abreu, não apenas o valor material dos objetos doados, mas seu valor simbólico deve ser sublinhado nessa operação de doação que a autora chamou de “troca de presentes”<sup>36</sup>.

Quando em 1936 a doação da Coleção Miguel Calmon foi efetivada, o Curso de Museus criado em 1932 já havia formado turmas e Gustavo Barroso já transmitia seus conhecimentos museológicos adquiridos na prática da gestão do Museu Histórico Nacional.

Para José Neves Bittencourt, a primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional, intitulada “Da Colônia à Monarquia” e “Da Monarquia à República”, montada para a inauguração do Museu como parte da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência “reunia um ajuntamento de objetos cuja única coerência museográfica era dada pelos períodos que abrangia”.<sup>37</sup> Ainda segundo o autor, “as exposições do Museu ao longo da década de vinte tinham um caráter de transição, entre uma forma ainda embrionária de museu público e uma outra, mais moderna, que implicava, entre outros aspectos, um tratamento completamente diferenciado para os objetos, que seria até então impensável”.<sup>38</sup>

Ao que parece, José Neves Bittencourt procura uma coerência para a primeira exposição do Museu Histórico que só viria a ser alcançada alguns anos depois. Ao invés de procurarmos submeter a lógica desta primeira exposição a um tipo de museografia desenvolvido posteriormente, seria mais interessante, a nosso ver, procurar analisar esta exposição dentro de sua própria lógica e nos parece que

<sup>35</sup> ABREU, R; *A fabricação do Imortal...*, op. cit; p. 32.

<sup>36</sup> Idem, p. 31.

<sup>37</sup> BITTENCOURT, J. N; “O Nascimento de uma nova museografia no Brasil?”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol 33, 2001, p. 11.

<sup>38</sup> Idem, p. 12.



a “única coerência museográfica” identificada pelo autor pode ser complementada por outras lógicas possíveis.

Por ocasião da inauguração das duas salas de exposição do Museu, o jornal carioca *A Notícia* declarava: “É uma lição viva de história, que se aprende com os olhos; são evocações suaves de um passado maravilhoso que ali se exhibe em tudo, dando-nos as impressões mais variadas, as mais ternas e as mais emotivas”.<sup>39</sup>

Evocações suaves de um passado maravilhoso...Não é difícil imaginar qual fosse esse passado, um passado de glórias militares, da nobreza dos tempos do Império, tal como Gustavo Barroso vinha, pela imprensa, militando para que fosse lembrado, para que não caísse no esquecimento. Segundo Noah Elkin:

“O visitante, ao entrar na primeira sala (Da Colônia à Monarquia) era confrontado com uma enorme estátua equestre de D. Pedro II, obra do escultor Francisco Chaves Pinheiro, concebida para comemorar a rendição do exército paraguaio em Uruguaiana. (...) Bustos de generais como Caxias e Osório, espadas tomadas de Solano Lopez na Guerra do Paraguai, canhões, bandeiras e objetos do forte de Humaitá, todos recordando os visitantes sobre as duras lutas travadas pelo Brasil e suas glórias militares”.<sup>40</sup>

Objetos que falavam por si, tais como a roda do leme do vapor *Alagoas*, navio que havia conduzido a Família Imperial ao exílio, em 1889, e que evocava, simbolicamente, o regresso dos monarcas como parte integrante da memória nacional. Objetos relacionados à escravidão, instrumentos de suplício, falavam também por si, mas colocados ao lado da caneta usada pela Princesa Isabel para assinar a Lei Áurea, tinham suas vozes doloridas abafadas e ouvia-se mais alto o riscar da pena no papel e o farfalhar da folha...

Poderíamos supor que esta primeira exposição tinha sua lógica associada à sensibilidade antiquária do “Culto da Saudade”. Ao entrar naquelas salas apinhadas de objetos, fragmentos do passado, relíquias, o visitante sentia-se imerso em um passado tornado vivo; objetos dispostos possivelmente de uma forma que hoje considerariamos desorganizada mostrariam, naquela exposição que o visitante teria um único sentido a seguir: aquele que o conduzia ao passado.

No entanto, já nesta exposição, na que o passado tornava-se vivo ao olhar do visitante, é possível identificar um sentido pedagógico, já que o passado

<sup>39</sup> “Está instalado o Museu Histórico”, *Jornal do Comércio*, 12 de outubro de 1922. Citado por ELKIN, N. C. “1922: o encontro do efêmero com a permanência: as exposições (inter)nacionais, os museus e as origens do Museu Histórico Nacional”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol 29, 1997, p. 141.

<sup>40</sup> ELKIN, N. C.; “1922: o encontro do efêmero com a permanência”... op. cit; p. 141.

ensina sobre o presente conforme salientado pela imprensa na época: “Também para que se tenha uma idéia, perfeita dos suplícios praticados contra os escravos, antes do 13 de maio, o Museu expõe vários aparelhos de tortura (...) os quais servem para mostrar o quanto moralmente nos aperfeiçoamos”.<sup>41</sup> Para Noah Elkin, a nota da imprensa revela que somente mostrando a evolução poderia o Museu Histórico lidar com o problema representado pela escravidão no Brasil.

Esta primeira exposição foi mantida ainda durante alguns anos sem grandes modificações, sobretudo devido às dificuldades financeiras encontradas pela repartição nos seus primeiros anos de funcionamento. Concebida para tornar vivo um passado de glórias, evocativa e pedagógica, representou a expressão da gênese do pensamento museológico barrosiano e a julgar pelas notas da imprensa que transcrevemos acima, cumpriu muitíssimo bem seus objetivos.

Passado o momento de euforia da criação do Museu, Gustavo Barroso viu-se à frente de uma repartição com poucos recursos, acusada de nepotismo e desperdício. Mas apesar do “apoio dos governos Bernardes e Washington Luiz ser escasso, e a visitação, naquela época, muito pequena”<sup>42</sup> Barroso conseguiu ampliar as salas de exposição que no princípio eram apenas duas e organizá-las de forma temática de acordo com os objetos aos quais se referiam. Segundo Daryle Williams, “objetos similares eram reunidos sem que se observassem maiores liames históricos entre eles”<sup>43</sup> algo perceptível, como já dito, nos nomes das Salas que abrigavam os objetos, tais como Sala dos Retratos, Sala das Bandeiras, Arcada dos Canhões.

Esta forma de acessar o passado, sem a preocupação de associar dados fragmentários a totalidades significativas é uma das características da prática antiquária que se associa ao “Culto da Saudade” de Barroso como uma sensibilidade.

Afastado do Museu em 1930, devido ao apoio que havia prestado a Júlio Prestes, Gustavo Barroso retomaria a direção do Museu somente em 1932. Neste

<sup>41</sup> “Primores reunidos em nosso Museu Histórico”, *Gazeta de Notícias*, 2 de agosto de 1923. Citado por ELKIN, N. C. “1922: o encontro do efêmero com a permanência”... op, cit; p. 142.

<sup>42</sup> WILLIAMS, D. “Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960”, op,cit; p. 153.

<sup>43</sup> Idem, p. 154.

período foi substituído pelo historiador Rodolfo Garcia.<sup>44</sup> Segundo José Neves Bittencourt, “Garcia tinha sido o mais próximo colaborador de Capistrano de Abreu e, segundo José Honório Rodrigues, foi, junto com Afonso Taunay, um dos dois grandes representantes do revisionismo histórico factual no Brasil”.<sup>45</sup>

Apesar do pouco tempo que permaneceu à frente do Museu, Rodolfo Garcia imprimiu uma direção diferente àquela que vinha sendo implementada por Gustavo Barroso. Para José Neves Bittencourt, a exposição que organizou “parece indicar uma tentativa de Garcia de aplicar no Museu o método de crítica documental em que já vinha se especializando”.<sup>46</sup>

Primeira exposição temporária a ser organizada no Museu, a “Exposição comemorativa do centenário da abdicação de D. Pedro I – 1831-1931”, constituiu-se de uma mostra de todos os objetos que lembrassem os vultos e a história do 1º reinado. Segundo José Neves Bittencourt, “pelo que se depreende do pequeno catálogo lançado, mais de quatrocentos objetos procuravam dar ao visitante não apenas uma idéia do período em tela, mas dos principais personagens, começando pelo imperador e passando por diversas figuras de maior ou menor importância”.<sup>47</sup>

À mudança operada, a partir da qual os objetos funcionariam para contextualizar um tema pré-escolhido, junta-se o grupamento de objetos com base em afinidades cronológicas. Temos portanto a organização de uma exposição guiada pelas afinidades históricas entre os objetos, coerência temática e procedência. Estabelece-se a partir de então uma nova narrativa museográfica à que Barroso, ao ser reintegrado como diretor do Museu, deu continuidade, inclusive ampliando-a. O “método de crítica documental” implementado por Rodolfo Garcia associado à sensibilidade antiquária de Gustavo Barroso fundiu-se na prática que transformava relíquias do passado em documentos históricos e que constitui a base do pensamento museológico barrosiano.

A partir de então Gustavo Barroso tratou de ampliar as salas de exposição do Museu homenageando figuras que haviam se destacado como doadores do

---

<sup>44</sup> Rodolfo Garcia implementou algumas obras físicas no prédio do museu, viabilizou a transferência de algumas peças do acervo do Museu Naval, aumentou as exposições e conseguiu a autorização para o funcionamento do Curso de Museus.

<sup>45</sup> BITTENCOURT, J. N; “O nascimento de uma nova museografia no Brasil?”, op, cit; p. 13.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Ibide.

Museu. Temos portanto ao lado das Salas D. Pedro I, Almirante Barroso, a Sala Armando Guinle, Miguel Calmon, e Sala dos Otoni.

Conforme ressaltado por Daryle Williams a estratégia contida nesta operação é significativa, pois ao admitir patronos da elite brasileira ao lado de heróis da história nacional Gustavo Barroso assegurava a manutenção da instituição e seu fortalecimento, pois se as doações representavam um ganho representativo para o acervo do Museu, de um ponto de vista simbólico essas doações assinalam que o “Museu começava a mover-se das margens para o centro da arena cultural brasileira”<sup>48</sup>, vale destacar, para o centro de uma determinada arena, onde os atores seriam os representantes da elite econômica e política do país.

A modificação lenta de uma instituição que tinha, desde 1922, o compromisso com o “Culto da Saudade” para uma outra que assumia a feição de “A Casa do Brasil”, tal como Barroso sugere em carta ao então Ministro da Educação em 1936<sup>49</sup> merece ser destacada como expressão do esforço empreendido por Barroso para reforçar o caráter científico das ações postas em prática no Museu. Vale lembrar que tanto o Curso de Museus quanto o Serviço de Inspetoria de Monumentos Nacionais inserem-se nesta perspectiva.

Demarcando uma mudança do ponto de vista institucional, a troca de nome sugerida por Barroso de Museu Histórico Nacional para “Casa do Brasil” apesar de não ter sido aceita oficialmente, foi disseminada em seus artigos publicados nos *Anais do Museu Histórico Nacional*. Esta mudança parece significativa para percebermos que a partir do final dos anos trinta, quando Barroso começa utilizar a denominação “Casa do Brasil” a organização do Museu já havia completado a lógica da transição entre a exposição de objetos de tipo similar tipo para outra lógica expositiva, a de objetos agrupados com base no período histórico e procedência. Gustavo Barroso atualizava a denominação da instituição e re-atualizava a prática antiquária do “Culto da Saudade”. Debaixo do teto da “Casa do Brasil” o conhecimento museológico era produzido, algo que significou mais do que uma operação historiográfica. O Curso de Museus estava ali para prová-lo através dos futuros conservadores.

---

<sup>48</sup> WILLIAMS, D. “Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960”, op, cit; p.154.

<sup>49</sup> Idem, p. 158.

### 2.3.

#### **História e Ergologia: dois museus para dois Brasis**

Quando Gustavo Barroso publicou o Projeto para criação do Museu Ergológico Brasileiro, em 1942, o Museu Histórico Nacional também idealizado e fundado por ele exatos vinte anos antes, em 1922, já tinha assegurado o seu lugar como instituição-modelo no panorama museológico nacional. O Curso de Museus funcionava nas dependências do Museu desde 1932 com o objetivo de formar especialistas na área de museus aptos a trabalhar em qualquer instituição museológica do país. O Museu Histórico Nacional dirigido pelo próprio Barroso, com uma breve interrupção desde sua criação até 1959, ano de seu falecimento, firmava a vocação didática própria dos museus, valorizava a pesquisa e a produção de conhecimento relativo às suas coleções conforme os cânones da moderna museologia. Gustavo Barroso tornara-se um intelectual reconhecido nos meios especializados pela sua contribuição na área de museus e seu pensamento museológico encontrava-se estabelecido em função da prática exercida no Museu Histórico Nacional.

Paralelamente, Barroso seguia produzindo no campo do folclore. Pesquisas e um grande interesse pelo tema refletem-se nos livros publicados<sup>50</sup>, bem como no Projeto para a criação de um Museu Ergológico Brasileiro. Museologia e folclore são duas áreas nas quais Barroso produziu de forma sistemática. O Museu Ergológico seria a alternativa para coordená-las. Entretanto, o fato que Barroso propusesse um Museu Ergológico e não um Museu Folclórico é relevante para avaliarmos sua atuação como folclorista, a visão que tinha do folclore, bem como a influência de seu pensamento museológico aplicado à área do folclore. Da mesma forma, a proposta feita por Gustavo Barroso de um Museu Ergológico é esclarecedora sobre o papel que caberia à elite intelectual como mediadora para a compreensão e interpretação de um saber que o povo tinha, mas não podia avaliar.

---

<sup>50</sup> Listamos os seguintes livros: *Alma Sertaneja (contos trágicos e sentimentos do sertão)*. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Micolis, 1923; *Almas de lama e de aço (Lampeão e outros cangaceiros)*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930; *Ao som da viola (folklore)*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921; *As Colunas do Templo: erudição, folclore, história, crítica, filologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932; *Terra de sol (natureza e costumes do Norte)*. Rio de Janeiro: B. de Áquila, 1912; entre outros.

Assim, podemos relacionar o Museu Histórico Nacional ao Projeto para a criação de um Museu Ergológico Brasileiro. Traçar um paralelo entre as concepções museológicas presentes em cada um deles poderá ser útil para avaliarmos a importância da noção de museu no pensamento de Barroso e entendermos porque a musealização tornou-se uma alternativa recorrente na tarefa de pensar a nação brasileira. Relacionar os ideais contidos na construção do Museu Histórico Nacional e no projeto do Museu Ergológico Brasileiro demonstrará a complementaridade e a hierarquia contida nestes projetos ao esclarecer que a nação brasileira no pensamento barrosiano seria possível através da valorização da tradição presente tanto na história nacional quanto na cultura popular. Se no Museu Histórico Nacional prevalece a tradição através da elite letrada com a valorização de ideais aristocráticos, do passado monárquico e dos personagens da história militar, no Museu Ergológico Brasileiro teríamos o reverso da moeda na qual a tradição estaria referida à cultura material.

Pouco conhecido dentro da vasta produção barrosiana, o Projeto para a criação do Museu Ergológico Brasileiro mantém diferenças significativas em relação ao Museu Histórico Nacional, pois ao contrário deste, nunca chegou a se realizar tendo permanecido apenas no papel. Publicado no terceiro volume dos *Anais do Museu Histórico Nacional*, representa o esforço de Barroso para musealizar anos de pesquisa na área dos estudos folclóricos. Mobilizado pelo trabalho de pensar e difundir a singularidade da cultura nacional, Gustavo Barroso via a cultura material como o diferencial para o estabelecimento da singularidade da cultura popular. Conforme demonstrado por Luiz Fernando de Valle Castro, “o pertencimento do folclore como sendo inerente à humanidade estava presente na obra Barrosiana (...) na medida em que, todas as manifestações folclóricas são semelhantes, variando apenas na adaptação a cada região”<sup>51</sup> o que o aproxima de outros folcloristas tais como Câmara Cascudo que via o folclore como o lugar da relação com o universal.<sup>52</sup>

Segundo Regina Abreu, em artigo que analisa a proposta de Barroso para um Museu Ergológico Brasileiro, “na concepção barrosiana, a nação era

<sup>51</sup> CASTRO, L. F. V. *As colunas do Templo...*, op.cit; 49.

<sup>52</sup> MODERNOS DESCOBRIMENTOS. Página do Projeto Integrado de Pesquisa Modernos Descobrimientos do Brasil, patrocinado pelo CNPq e vinculado ao grupo PRONEX sediado no Departamento de História da PUC/RJ. O projeto é coordenado pela Prof. Margarida de Souza Neves desde 1995. Disponível no seguinte endereço: [www.modernosdescobrimentos.inf.br/desc/cascudo/frame.htm](http://www.modernosdescobrimentos.inf.br/desc/cascudo/frame.htm)

constituída basicamente por dois segmentos: as elites e o povo. A História do Brasil era uma construção das elites, mas a fonte da singularidade nacional estaria nas manifestações e nas tradições populares”.<sup>53</sup> Ao que parece, tomando como referência a perspectiva de Luiz Fernando Valle Castro, as manifestações folclóricas para Barroso, seriam encontradas, com pequenas variações em toda a humanidade, portanto a singularidade nacional sugerida por Abreu estaria não no folclore de modo geral e sim na Ergologia, na cultura material do povo brasileiro de modo específico.

A valorização das tradições populares para Barroso supunha garantir sua manutenção, evitando que perdessem características originais. Esta preocupação preservacionista que iria percorrer toda sua produção na área, encontra-se presente em seu primeiro livro, *Terra de sol*, publicado em 1912, conforme podemos observar na seguinte passagem:

“... na sua marcha progressiva do litoral para o centro do Brasil, a pouco e pouco vai a civilização eliminando os tipos tradicionais e apagando ou deturpando os velhos costumes. Raro, também é o vestígio que fica dessas coisas pelo quase desprezo em que temos as tradições orais do povo e pelo descaso que, em geral, tem o brasileiro por tudo isso. Assim, não será descabido perpetuar os velhos tipos tradicionais que o tempo vai acabando.”<sup>54</sup>

Livro de cunho regionalista descreve o homem sertanejo e a paisagem social e geográfica que o cerca, marcando o início de seu interesse pela temática da cultura popular e do folclore. Partindo da análise do sertão cearense, Barroso fornece uma análise do sertão brasileiro. Com uma estrutura que, em algumas partes, lembra o clássico, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha a obra de Gustavo Barroso decompõe a cultura do sertanejo dividindo-a em cinco partes; num primeiro momento é descrito e analisado o meio que lhe forja o caráter, são abordados temas como a seca, a pecuária e a agricultura. Em um segundo momento são descritos os animais da região, sua importância na vida do sertanejo. Em um terceiro momento Barroso volta-se para o homem, destacando as figuras que compõem aquele cenário tais como os pastores de gado, os cangaceiros, curandeiros, sertanejos e vaqueiros. A arte é descrita e analisada num quarto momento através de diferentes manifestações tais como a arquitetura, desenho, música, dança e poesia. Por fim são analisadas as lendas, que Barroso divide entre

<sup>53</sup> ABREU, R. “Por um Museu de Cultura Popular”. In: *Ciência em Museus* (1990) 2, 61-72, p. 63.

<sup>54</sup> BARROSO, G. *Terra do sol: natureza e costumes do norte*. Rio de Janeiro: B. Águila, 1912, p. 109.

aquelas referidas ao mundo natural, ligadas ao meio, e aquelas que se referem ao mundo sobrenatural e que explicitam credences próprias da região.<sup>55</sup> Segundo Fernando Luiz Vale Castro, “este livro é considerado, pelos críticos literários, sua grande obra, renovadora dos estudos sobre a chamada *sociologia sertaneja*”.<sup>56</sup> A sistematização presente na obra através das tipologias criadas demonstra o esforço para realizar uma análise que fugisse de uma leitura impressionista do sertão e do sertanejo. Apesar disso, a obra possui um lirismo que qualifica o escritor, deixando ver o estilo de sua pena.

Fernando Luiz Vale Castro demonstra o esforço de sistematização presente em várias obras de Barroso relativas ao folclore.<sup>57</sup> Essa sistematização vinha da necessidade de Barroso de que o folclore fosse abordado de um ponto de vista científico, por isso utilizava a fórmula “ciência folclórica” em seus estudos sobre o folclore. Construindo paulatinamente as bases da “ciência folclórica”, Barroso percebe a curiosidade e a riqueza contidas no estudo do que denominou Ergologia. Quando escreve o Projeto para a criação do Museu Ergológico, Barroso refere-se a esta construção, presente dez anos antes no livro *As colunas do Templo*:

“Fui dos primeiros no Brasil a tentar alguma coisa nesse sentido em meus livros sobre folclore, especialmente nas pranchas finais do *Colunas do Templo*, dedicadas à tecnologia de jangada, do carro de bois e da curiosa heráldica sertaneja dos ferros e sinais de orelhas para marcar os gados e as miunças”.<sup>58</sup>

Vislumbrando a possibilidade de um trabalho que incluísse a cultura material, Barroso define o que seria abarcado pela Ergologia:

“... parte da vida popular que envolve valores úteis ou artes da utilidade: cozinha, ofícios manuais, profissões rústicas, etc. Assim encontramos nesse capítulo do folclore brasileiro uma riqueza formidável desde os alimentos com suas receitas de pitéus ou doces de origens mais diversas – monacais, africanas, árabes(...) A descrição e a tecnologia dos próprios artefatos e produtos”.<sup>59</sup>

Disposto a considerar a importância da cultura material como portadora de uma singularidade nacional, de uma peculiaridade, Barroso procurou pensar a “ciência folclórica” a partir deste viés, algo que pode estar relacionado à sua

<sup>55</sup> BARROSO, G. *Terra do sol: natureza e costumes do norte*, op. cit.

<sup>56</sup> CASTRO, F. L. V. *As Colunas do Templo. História e Folclore no pensamento de Gustavo Barroso*. (Dissertação de Mestrado, UFF/RJ), Niterói, 2001, p. 39.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> BARROSO, G. “Museu Ergológico Brasileiro. O Desenvolvimento dos Estudos Folclóricos em nosso país – Um esquema ergológico – Outras Notas.” In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol III, 1942, p. 432.

<sup>59</sup> BARROSO, G. *As Colunas do Templo: Erudição, Folclore, História, Crítica, Filologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932, p. 234. Citado por CASTRO, F. L. V. *As colunas do Templo...*, op. cit; p. 89.



experiência como conservador-museólogo. Aplicando o conhecimento museológico adquirido no Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso direcionaria este conhecimento para a área da “ciência folclórica” formulando uma crítica aos estudos sobre o folclore, que eram praticados naquele momento, que na maioria das vezes limitavam-se a interpretações da “vida espiritual pura”, “oásis de simplicidade e ditosa despreocupação”.<sup>60</sup> Salientando a importância deste tipo de abordagem, que segundo o autor, teria sido responsável pelo desenvolvimento dos estudos na área, não deixa de frisar a importância de estudos que se dedicassem também à Ergologia escapando, portanto do tripé, música, dança e poesia.

Operando com a distinção entre História e Folclore, a proposta de um Museu Ergológico Brasileiro põe de manifesto uma hierarquia contida no ideário de nação de Gustavo Barroso, pois se a nação era constituída por dois segmentos, a elite e o povo, seriam necessários dois museus diferenciados para que se contemplassem esses dois segmentos. Se a elite e o povo fossem apenas complementares, Barroso teria incluído entre os documentos históricos do acervo do Museu Histórico aqueles relativos à cultura popular, especialmente os da cultura material que expressavam a singularidade nacional. No entanto, para ele é necessária a proposta de um outro museu, um Museu Ergológico que diferentemente de um museu folclórico privilegiasse aspectos da cultura material.

Desenvolvendo um argumento diverso, Luiz Fernando Vale Castro afirma que para Barroso, seria necessário “entender a verdadeira História do Brasil, que só podia ser compreendida, de fato, quando os costumes do povo fossem transformados em objetos privilegiados de análise”.<sup>61</sup> Ainda segundo o autor, seria possível pensar que a visão de História de Barroso supusesse conhecer a convivência de diferentes Brasis e que a integração dessa pluralidade fosse premissa básica para pensar o país.<sup>62</sup> Ainda que possamos considerar que para Barroso fosse necessário pensar a integração como alternativa para compreender o país e seu ideal de nação, cumpre problematizar esta afirmação considerando que estes Brasis estariam integrados não de forma complementar apenas, mas de forma hierarquizada cumprindo distintas funções, pois se a elite culta seria

<sup>60</sup> BARROSO, G. “Museu Ergológico Brasileiro...”, op. cit; p. 432.

<sup>61</sup> CASTRO, L. F. V. *As Colunas do Templo...*, op. cit; p.100.

<sup>62</sup> Idem. Ibidem.

responsável pela história do país, como é possível perceber através do projeto contido no Museu Histórico Nacional, a cultura material do povo seria responsável pela singularidade, pela peculiaridade de nossa cultura, o que estaria representado no Museu Ergológico.

Neste sentido, o Museu Ergológico Brasileiro representa não apenas a continuidade de uma estratégia para a construção da nação brasileira presente também no Museu Histórico Nacional, mas também a distinção entre o papel que caberia a cada um destes segmentos na construção da nação. Portanto, se os dois Museus podem ser considerados como complementares esta complementaridade reside mais na perspectiva didática que poderiam oferecer ao visitante sobre os papéis que a elite e o povo representariam na construção da nação brasileira do que em um ideal único de nação brasileira que expressassem.

## 2.4.

### **Museu Ergológico Brasileiro: a cultura material como expressão da singularidade nacional**

Um ano antes de publicar o Projeto do Museu Ergológico Brasileiro, em 1941, Gustavo Barroso foi designado pela Academia Brasileira de Letras para coordenar as pesquisas e estudos relativos ao folclore brasileiro, ao lado de Manuel Bandeira e de Afrânio Peixoto. Seu interesse pelo folclore, que segundo Luis Fernando Valle Castro, veio a público em 1911 em artigos para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, consolidava-se ao longo de trinta anos de pesquisa.

Conforme observado por Regina Abreu, Gustavo Barroso não foi o único a formular uma proposta para a criação de um Museu Folclórico Nacional; outros folcloristas, como Amadeu Amaral e Cecília Meirelles, em momentos diferentes, defenderam essa idéia.<sup>63</sup>

Para Gustavo Barroso fazia-se necessário diferenciar na “ciência folclórica” duas áreas: a “animologia” e a “ergologia”. A animologia referia-se “à alma, ao espírito”, incluídas aí as seguintes manifestações: “costumes, usos, cerimônias, ritos, fórmulas de vida, cantos, músicas, danças, anexins, parêmias, jogos, pulhas,

<sup>63</sup> ABREU, R. “Por um Museu de Cultura Popular”, op. cit; p. 62.

adivinhações, apólogos, fábulas” e a ergologia, referente aos “valores de utilidade” aí incluídos os “ofícios manuais” tais como os de “trançador de couro, prateiro e profissões rústicas, algumas muito originais como as de domador, rastreador, cantor e curandeiro” bem como “os alimentos e os modos de prepará-los”.<sup>64</sup>

Para o autor, o estudo do folclore teria se desenvolvido “de modo sumamente unilateral” pois a área referente a animologia teria tido, por muito tempo, a preferência dos que se dedicavam ao assunto. Barroso buscava assim, como dissemos, ampliar os estudos na área do folclore escapando, portanto do que chamou de “triângulo música – dança – poesia”, considerado por ele “manifestações espirituais puras”.

A questão da Ergologia que Barroso tanto valorizava pode ser entendida de duas formas. Em primeiro lugar, é necessário considerar o pensamento museológico de Barroso, algo que pode ser considerado como uma alternativa para entendermos porque a cultura material foi considerada numa perspectiva privilegiada, não apenas no que diz respeito à proposta para um Museu como também na própria definição do que seria abarcado pela Ergologia e a posterior classificação sugerida. Neste sentido, Barroso salienta:

“É justamente a parte ergológica que permite a boa organização dos museus folclóricos (...) como os que já tive ensejo de visitar em Estugárdia [sic] com a arte da moradia e do mobiliário dos compônios da planície e das serras, em Póvoa do Varzim com a arte da embarcação e da pescaria nas costas de Portugal”.<sup>65</sup>

Em segundo lugar, cumpre destacar que ao considerar a Ergologia e os “valores de utilidade” como objetos privilegiados de análise, Barroso baseia sua interpretação na Escola Folclórica Argentina, conforme sua própria afirmação.<sup>66</sup> Admitindo este debate entre Gustavo Barroso e a obra de folcloristas estrangeiros, Regina Abreu estende esta relação ampliando-a: “Na Europa, surgiram correntes de pensamento reivindicando um lugar de destaque para o estudo e a preservação da cultura popular material. No Brasil, Gustavo Barroso fazia eco e pontuava esse debate, sugerindo a preservação e o estudo da cultura popular material brasileira”.<sup>67</sup>

<sup>64</sup> BARROSO, G. “Museu Ergológico Brasileiro”, op, cit; p. 433.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> BARROSO, G. “Museu Ergológico Brasileiro”, op, cit; p. 434.

<sup>67</sup> ABREU, R. “Por um Museu de Cultura Popular”, op, cit; p. 65.

Para Regina Abreu, a proposta da criação de um Museu Ergológico ou de Folclore enunciada por Barroso é bastante significativa por tratar-se “da fala de um dos principais articuladores da constituição de um sistema de preservação de *emblemas nacionais*” e também por tratar-se “da fala de um folclorista num momento em que o folclore emergia como movimento de expressiva significação nacional, arregimentando grande número de adeptos em todo o país”.<sup>68</sup>

Convém sublinhar ainda em que medida o pensamento museológico barrosiano pode estar presente na formulação do Museu Ergológico. Barroso era folclorista atuante e reconhecido nesta área, e o mesmo se dava em relação à sua atuação como conservador-museólogo. Portanto, parece importante considerar que ao propor um Museu Ergológico Barroso falasse como folclorista, mas também como museólogo. Pode residir neste aspecto a visão que Barroso tem da cultura material contida no Museu Ergológico, pois seu pensamento museológico, ao ser transferido para o Museu Ergológico explicita sua concepção de nação, fazendo transparecer a hierarquia entre História e folclore, entre a elite culta e o povo. Portanto, se o pensamento museológico barrosiano, que como vimos têm sua gênese na sensibilidade antiquária do “Culto da Saudade”, adquiriu um caráter científico através da operação que legitimava relíquias e fragmentos do passado em documentos históricos no Museu Histórico Nacional, ao transferir-se para um Museu Ergológico, não podendo efetuar a mesma operação, restringiu-se a propor a boa organização e classificação destes objetos expressivos da cultura material, que como materialização da tradição do povo não seriam vistos como documentos e sim como expressão da peculiaridade da cultura nacional.

Do ponto de vista do folclorista, Barroso pensava o folclore numa perspectiva científica, daí a denominação “ciência folclórica”. Entretanto, o procedimento que iria legitimar a cultura material no Museu Ergológico representa uma restrição em relação à operação análoga realizada no Museu Histórico Nacional e esta restrição poderia vir informada pelo pensamento museológico barrosiano.

Luiz Fernando Valle Castro, amparado pelo mapeamento que realiza sobre o desenvolvimento dos estudos folclóricos no pensamento barrosiano, chama a atenção para o fato de que não seja reconhecida a importância dos escritos de

---

<sup>68</sup>ABREU, R. “Por um Museu de Cultura Popular”, op, cit; p. 61.

Gustavo Barroso na área.<sup>69</sup> Entretanto, conforme ressaltou Regina Abreu, a proposta de Barroso para a criação de um Museu Ergológico em 1942 é relevante por tratar-se do enunciado de um folclorista num momento em que o folclore ganhava adeptos em todo o país. Mais do que isso tratava-se também de um momento em que o folclore buscava estabelecer-se como campo específico de conhecimento buscando diferenciar-se da produção na área realizada por literatos ao mesmo tempo que buscava status científico dentro das ciências sociais, como demonstra Luís Rodolfo Vilhena.<sup>70</sup>

O próprio Luiz Fernando de Valle Castro demonstra ao longo de seu trabalho como Gustavo Barroso construiu as bases do que denominava “ciência folclórica”, para a qual o Curso de Museus criado em 1932 teria contribuído, ao “formar pesquisadores para coletar, organizar e analisar as fontes relativas às manifestações do folclore e da cultura popular no país”.<sup>71</sup> Por ora, gostaríamos de ressaltar o percurso realizado por Barroso para sistematizar o estudo da “ciência folclórica” que, conforme Luiz Fernando Valle Castro, teria buscado referência em quatro escolas diferentes acabando por criar a quinta denominada pelo próprio Barroso como “Eclética”, na medida em que reunia argumentos de todas as demais. Para Luiz Fernando, o fato salienta “o quanto Barroso estava atualizado nas Escolas que buscavam desenvolver uma metodologia para analisar o folclore”.<sup>72</sup>

É inquestionável a relevância dos estudos de Gustavo Barroso na área do folclore. Entretanto, nos parece interessante considerar a importância de uma filiação à tradição antiquária para o desenvolvimento dos estudos sobre cultura popular, o que poderá ser útil para avaliarmos a qual tradição Barroso ligava-se ao propor a investigação e a preservação das tradições populares aspecto que não foi explorado no trabalho de Luiz Fernando Valle Castro. Esse aspecto pode ser significativo para compreendermos sobre a não inclusão dos estudos de Gustavo Barroso como parte de um movimento mais amplo, que segundo Luís Rodolfo Vilhena caracterizou-se ao mesmo tempo como projeto e missão.

<sup>69</sup> CASTRO, L. F. V. *As Colunas do Templo...*, op, cit; p. 98.

<sup>70</sup> VILHENA, L. R. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/ Fundação Getúlio Vargas, 1997.

<sup>71</sup> CASTRO, L. F. V. *As Colunas do Templo...*, op, cit; p. 35.

<sup>72</sup> Idem, p. 50.

Para Luís Rodolfo Vilhena é possível identificar um movimento folclórico no Brasil e, simultaneamente, uma dificuldade de institucionalização na área do folclore. Ao destacar o movimento, o autor chama a atenção para a existência de um *ethos* dos folcloristas que ao contrário do diletantismo e do cultivo do pitoresco, caracteriza-se como “projeto social” nos termos propostos por Gilberto Velho, ou seja, “como uma tentativa consciente para dar um sentido a uma experiência fragmentadora, característica da sociedade moderna”.<sup>73</sup> Assim, o movimento folclórico brasileiro, entendido como projeto, ao competir com outros projetos concorrentes no campo intelectual, adquiriu um sentido de “missão” que conferia coesão aos membros do grupo ao mesmo tempo em que justificava seu papel junto à sociedade. Este grupo de folcloristas tentou distinguir-se de outros intelectuais, em especial os literatos do passado e alguns sociólogos de quem foram contemporâneos.

Esse *ethos* que distinguiria o intelectual folclorista é formulado em contraste com o literato e como uma crítica ao pedantismo de muitos deles. Com um perfil distinto, o pesquisador de folclore deveria ser um homem simples, que documentasse a realidade folclórica com fidelidade e fosse capaz de identificar-se com ela.<sup>74</sup>

Conforme enunciado anteriormente, Gustavo Barroso foi designado pela Academia Brasileira de Letras para integrar um grupo de estudos folclóricos. A alusão à atuação de Barroso na ABL relacionada à área do folclore não é gratuita. No mesmo sentido, a publicação do artigo sobre o Museu Ergológico nos *Anais do Museu Histórico Nacional* associado à participação na ABL pode ser tomada como indício para perceber que sua produção na área do folclore encontrava-se, de um ponto de vista institucional, situada em plano secundário. Conforme demonstrado por Luís Rodolfo Vilhena, a busca da institucionalização empreendida pelo movimento folclórico através da Comissão Nacional do Folclore em 1947, parece o ponto de partida para a diferenciação entre folcloristas e outros intelectuais que, de modo geral, se interessavam pelo tema como forma de acesso à questão da cultura popular e identidade nacional a partir de um registro eminentemente literário. Talvez resida neste aspecto o motivo pelo qual Gustavo Barroso, segundo Luiz Fernando Valle Castro, não seja destacado

<sup>73</sup> VILHENA, L. R. *Projeto e missão...*, op. cit; p. 226.

<sup>74</sup> Idem, p. 218.

nos trabalhos que analisam o desenvolvimento do folclore no Brasil. Associado a um tipo de intelectual que utilizava o folclore como forma de acesso ao popular e à identidade nacional, preocupado com aspectos teóricos da “ciência folclórica” a partir de discussões com Escolas estrangeiras, Barroso alijou-se do movimento folclórico, sobretudo porque a Museologia já havia sido eleita como sua cidadela intelectual privilegiada e seus esforços concentravam-se para que fosse institucionalizada e reconhecida como campo de conhecimento específico, o que suporia empenho e luta para que fosse considerada como curso de nível superior, bem como para que fosse inserida como função profissional reconhecida dentro dos quadros do Ministério da Educação, como teremos ocasião de verificar detalhadamente no próximo capítulo.

Ao mesmo tempo é possível considerar que a mesma filiação a uma tradição antiquária presente no pensamento museológico barrosiano tenha também influenciado a forma como Barroso entendia o folclore, pois como afirma Luís Rodolfo Vilhena, no plano dos estereótipos “o folclorista se tornou o paradigma de um intelectual não acadêmico ligado por uma relação romântica ao seu objeto, que estudaria a partir de um colecionismo descontrolado e de uma postura empiricista”<sup>75</sup>. Gustavo Barroso parece aproximar-se deste tipo de intelectual e se esse estereótipo do folclorista adquire algum sentido é justamente porque em algum momento este paradigma funcionou como dominante.

Para Luís Rodolfo Vilhena, a maioria dos integrantes do movimento folclórico não se considerava *folclorista* antes da mobilização coordenada pela Comissão Nacional de Folclore, cujo objetivo era justamente o de criar esta *especialidade*<sup>76</sup>. Ora, talvez seja possível considerar que a aproximação com o folclore, para Barroso, se efetivasse por um viés literário, neste sentido a denominação “ciência folclórica” seria uma forma de conferir legitimidade aos seus estudos na área, sem que para isso tivesse que se engajar num movimento mais amplo tal como entendido por Luís Rodolfo Vilhena. Logo duas alternativas podem ser consideradas: a primeira seria a de que a despeito do esforço para a sistematização da “ciência folclórica” Barroso fosse tomado como um intelectual filiado a uma tradição que se interessava pelo folclore por um viés literário e, nesta perspectiva, seu método de pesquisa na área seria informado pelo

---

<sup>75</sup> VILHENA, L. R. *Projeto e Missão...*, op, cit; p. 22.

<sup>76</sup> Idem, p. 34.

dilantismo, colecionismo e erudição. Por outro lado, se considerarmos a produção empreendida por Barroso na área do folclore como uma produção consciente frente ao movimento folclórico que se efetivava, perspectiva que aparece implícita no trabalho de Luiz Fernando de Valle Castro, restaria admitir que o não reconhecimento de suas atividades na área seria uma consequência de seu relativo isolamento intelectual, pois ainda segundo Vilhena, ao analisar o artigo escrito por Edson Carneiro intitulado “A Evolução dos estudos de folclore no Brasil”, é flagrante a oposição entre a concepção literária do folclore, ligada ao passado e as novas tendências, preocupadas em imprimir à sua prática uma orientação científica. O traço que caracterizaria as “novas tendências renovadoras” seria a idéia de que a “associação de esforços” propiciaria a emergência de um trabalho intelectual diverso da orientação intelectual que teria dominado a pesquisa folclórica. Neste contexto, para Edson Carneiro, essa reorientação, essa mudança “envolvia necessariamente um avanço organizacional dos pesquisadores”.<sup>77</sup>

Apesar do trabalho de Luiz Fernando de Valle Castro não ter avaliado a inserção e a relação da obra de Gustavo Barroso frente a outros folcloristas, talvez resida neste aspecto de isolamento intelectual um indício para o não reconhecimento da produção barrosiana relativa ao folclore, algo que no trabalho de Luiz Fernando de Valle Castro aparece como um estranhamento.

Neste trabalho, esta questão é relevante, pois se consideramos a Museologia como uma trincheira intelectual expressiva na trajetória de Gustavo Barroso, ao analisar o projeto do Museu Ergológico Brasileiro é possível estabelecer uma relação entre Museologia e folclore no pensamento barrosiano, o que permite destacar não só a possível influência do pensamento museológico barrosiano para a concepção do Museu Ergológico como também a possível reincidência de uma matriz de pensamento presente nos estudos sobre folclore e que busca na prática antiquária os alicerces para sua estruturação.

A influência do pensamento museológico barrosiano poderia ser verificada através da forma como propõe organizar o Museu Ergológico. A “boa organização” do Museu Ergológico passava primeiramente por estabelecer um critério para as coleções que fariam parte do Museu. Neste sentido, Gustavo

---

<sup>77</sup> VILHENA, L. R. *Projeto e Missão...*, op, cit; p.78.



Barroso estabelece um critério baseado em diferentes tipos de habilidades, consideradas como “artes” na medida em que representariam a “origem, a evolução e finalidades”<sup>78</sup> de um saber popular específico. As habilidades foram classificadas por Barroso da seguinte maneira: arte da habitação, arte naval, arte da pescaria, arte da caça, arte do preparo de alimentos, artes domésticas, subdividida em arte culinária, fiação e vestuário e iluminação, artes do artesanato, arte das representações, arte coreográfica, arte dos mecanismos, arte da destilação, arte da feitiçaria, arte funerária, arte da criação dos bichos e artes diversas<sup>79</sup>.

A classificação, que a princípio parece genérica, apresenta-se, todavia bastante minuciosa, pois para cada item Barroso sugere uma subclassificação, identificando por fim o produto final a ser classificado. Como ilustração, tomemos, por exemplo, uma das classificações com menos subitens, a arte funerária visto que algumas das classes propostas possuem mais de 15 subdivisões: “XIII – Arte Funerária. 1 – Enterros: velórios, coroas, grinaldas, ramos, caixões de anjos, redes fúnebres, esteiras, mortalhas, anjinhos. 2 – Sepulturas: montes de pedras, cruzes de pau, telheiros de sepultura, campos e covas; letreiros, cemitérios e ornamentações de túmulos.”<sup>80</sup>

Ao final da listagem e da classificação proposta, Barroso conclui: “Apesar de extenso, é pálido este resumo de nossa riqueza ergológica. Com ele deixamos aqui a idéia da criação de interessantíssimo e utilíssimo museu”.<sup>81</sup>

Gustavo Barroso admitia o regionalismo da “cultura material popular” mas fazia questão de frisar que as diversidades regionais não significariam um empecilho para a compreensão do nacional, antes seriam características que acentuariam uma unidade dentro da diversidade como enunciado na seguinte passagem:

“Um museu dessa espécie poderia ser dividido em setores relativos às regiões características do Brasil: Amazônia, Nordeste, São Francisco, Centro-Sul, Oeste, Planalto Paranaense, Vale do Itajaí, Pampa.(...) Através desses produtos de utilidade palpitará em verdade a vida dos paroaras e maranhotos, dos vaqueiros e seringueiros, dos piauizeiros e cabeças-chatas, dos romeiros e jerimuns, dos praieiros e sertanejos, dos jagunços e capixabas, dos goianos e piraquaras, dos matutos e caipiras, dos tabaréus e barrigas-verdes, dos cariocas e gaúchos. A paisagem da vida brasileira, da

<sup>78</sup> BARROSO, G. “Museu Ergológico Brasileiro”, op, cit; p. 434.

<sup>79</sup> Idem, p. 434-446.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 445.

<sup>81</sup> BARROSO, G. “Museu Ergológico Brasileiro”, op, cit; p. 446.

verdadeira vida popular e tradicional que o bulício e o cosmopolitismo das cidades nos faz esquecer (...).<sup>82</sup>

Orientado pela questão da busca da nacionalidade, Gustavo Barroso atuou no sentido de construir e preservar a memória nacional através de um amplo projeto no qual insere-se também, ainda que de forma lateral, e sem concretização efetiva o Museu Ergológico Brasileiro. Ao justificar a criação deste Museu, associando-o à valorização da cultura material como expressão “de nossa peculiaridade”<sup>83</sup>, Barroso explicita outras idéias e realizações marcando a distância entre elas:

“Lancei a do Museu Histórico em 1911 e ela, após vinte anos de trabalho, é uma vigorosa realização. Lancei em 1916 a dos Dragões da Independência e hoje é uma realidade gloriosa. Lancei, em 1932, com a Inspetoria de Monumentos Nacionais, a da defesa do nosso Patrimônio Histórico e Artístico e, atualmente, ele está defendido. Meus votos são pela realização desta, porque nossa ergologia, compendiada num museu tecnicamente organizado e instalado, será inesgotável manancial de estudos e um cartão de visita ao estrangeiro em nome de nossa peculiaridade nacional.”<sup>84</sup>

Se as outras iniciativas citadas por Barroso são marcadas como frutos de um intenso trabalho e são vistas como realizações gloriosas, em relação à “nossa ergologia” não precisaria empreender tantos esforços, bastando fazer votos para que, um dia, se realizassem. Também não estaria “defendida” como os monumentos históricos ou glorificada como os Dragões da Independência. Nossa ergologia estaria “compendiada”, “tecnicamente organizada” e submetida ao olhar estrangeiro, distorcida talvez como algo exótico, um cartão de visita...

<sup>82</sup> BARROSO, G. “Museu Ergológico Brasileiro”, op, cit; p.434.

<sup>82</sup> Idem, p. 447.

<sup>83</sup> BARROSO, G. “Museu Ergológico Brasileiro”, loc. cit.